

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO PMT Nº 056 /2025
PROCESSO Nº 059/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 034/2025



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO COMO CONTRATANTE A SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES, E DO OUTRO COMO CONTRATADO FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR.

Contrato de Prestação de Serviços que firmam, o **MUNICÍPIO DE TORITAMA**, com sede na Avenida Dorival José Pereira, nº. 1561, Toritama/PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.256.054/0001-39, por meio da SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES através de seu Gestor, Sr. **JOSÉ ADJAILSON DA SILVA**, portador do CPF/MF nº 105.451.554-95 e no RG nº 8.780.470 – SDS-PE, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE, FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.482.767/0001-90, domiciliada em rua general candido borges castelo branco, nº 125 iputinga – recife – pe – cep: 50670-170, por intermédio de seu representante legal o sr. **FRANCISCO SOARES DA COSTA JUNIOR**, portador(a) da carteira de identidade nº RG de nº 7124117 ssp/pe, expedida pelo(a) CPF: 100.371.624-54. têm justo e acordado celebrar o presente contrato de prestação de serviços, sob a regência da Lei nº 14.133/2021, proveniente do procedimento de Inexigibilidade nº 034/2025, com fundamento no art. 74, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, nos termos do Processo nº 059/2025, aos quais o presente contrato se vincula, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME JURÍDICO

A prestação de serviços, objeto do presente Contrato, rege-se pela Lei 14.133/21, por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Contratação da atração artística CAPIM COM MEL, por meio do empresário exclusivo FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR, para uma apresentação no dia 22 de agosto na Festa do Agricultor.

§ Único - É de integral responsabilidade do Contratado pagamento da banda e todos os integrantes da equipe, respondendo pelas despesas dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais desses, bem como por todas as obrigações assumidas com os participantes do show.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Subcláusula primeira - prazo de vigência do Contrato será de **90 (noventa) dias**, nos termos da Lei 14.133/2021.

Subcláusula segunda – O contrato deverá ser assinado no prazo máximo de até **03 (três) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação pelo Contratante.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR:32482767000190
Assinado de forma digital por FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR:32482767000190
Dados: 2025.08.15 09:22:39 -03'00'

Assinado por 2 pessoas: FRANCISCO SOARES DA COSTA JUNIOR e JOSE ADJAILSON DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://toritama.1doc.com.br/verificacao/F8C2-2BDD-3E01-DFE3> e informe o código F8C2-2BDD-3E01-DFE3



Subcláusula primeira - As despesas com a execução do objeto deste contrato são de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Subcláusula segunda - Para fins de cumprimento do disposto no artigo 94, §2º da Lei 14.133/2021, segue abaixo quadro de detalhamento de despesas, apresentado na proposta de preços pelo Contratado:

DETALHAMENTO DAS DESPESAS	
BATERISTA	R\$ 2.500,00
PERCUSSIONISTA 01	R\$ 2.500,00
PERCUSSIONISTA 02	R\$ 2.500,00
PERCUSSIONISTA 03	R\$ 3.000,00
BAIXISTA	R\$ 3.000,00
GUIARRISTA	R\$ 2.500,00
TECLADISTA	R\$ 2.500,00
ACORDIONISTA	R\$ 2.000,00
VOCAL 01	R\$ 2.000,00
VOCAL 02	R\$ 2.500,00
CANTOR 01	R\$ 20.000,00
ROUNDS/PRODUÇÃO 01	R\$ 1.000,00
ROUNDS/PRODUÇÃO 02	R\$ 1.000,00
ROUNDS/PRODUÇÃO 03	R\$ 1.000,00
TÉCNICA/MESÁRIO	R\$ 1.500,00
TÉCNICA/EFEITOS	R\$ 2.500,00
TÉCNICA/ILUMINAÇÃO	R\$ 2.500,00
TÉCNICA/MONITOR	R\$ 1.500,00
SEGURANÇA	R\$ 2.000,00
PRODUÇÃO/ARTISTA /AGENDA	R\$ 2.000,00
IMPOSTO 5%	R\$ 4.000,00
PRODUTORA 20%	R\$ 16.000,00

Subcláusula terceira - As despesas decorrentes da execução do contrato serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Toritama
Órgão Orçamentário: 29000 - Secretaria de Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 29001 - Secretaria de Cultura e Esportes
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Contratual
Programa: 1303 - Promoção Culturais
Ação: 2.85 - Promoção e Execução de Festividades Cívicas, Folclóricas, Artísticas e Culturais
Despesa 205: 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR
Assinado de forma digital por FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR:324827670001
2767000190
Dados: 2025.08.15 09:23:36 -03'00'

Assinado por 2 pessoas: FRANCISCO SOARES DA COSTA JUNIOR e JOSE ADJAILSON DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://toritama.1doc.com.br/verificacao/F8C2-2BDD-3E01-DFE3> e informe o código F8C2-2BDD-3E01-DFE3



Subcláusula primeira - A execução dos serviços será para apresentações artísticas de acordo com a seguinte programação:

ATRAÇÃO ARTÍSTICA	DATA	LOCAL	HORÁRIO	
			INÍCIO	TÉRMINO
CAPIM COM MEL	22.08.2025	Vila São Benedito, Toritama	21h 00min	23h 00min

Subcláusula segunda - A execução respeitará o disposto nos artigos 115 ao 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Subcláusula primeira - A Gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade do Secretário de Cultura e Esportes, através de seu Secretário.

Subcláusula segunda – A fiscalização do Contrato ficará sob a responsabilidade do Sr. Eduardo Ramon Vitorino da Silva, Assistente de Cultura.

Subcláusula quarta - Caberá ao fiscal do Contrato:

- anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- Conhecer plenamente os termos sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;
- Conhecer e comunicar-se com o preposto da Contratada com a finalidade de dirimir dúvidas no exercício da fiscalização e acompanhamento;
- Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições assumidas, constantes das cláusulas.

Subcláusula quinta - Caberá ao gestor do contrato:

- Autorizar abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;

- b) Emitir avaliação da qualidade do serviço;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;
- e) Aplicar sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas apontadas pelo fiscal, garantindo a ampla defesa e o contraditório;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências legais;
- g) Manter controle atualizado do pagamento efetuado, observando que o valor não seja ultrapassado; e
- h) Orientar o fiscal para a adequada observância das cláusulas contratuais



CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

Subcláusula primeira – O Contratante efetuará o pagamento no prazo de 30 dias úteis, a contar da data da liquidação das despesas, conforme Instrução Normativa 01/2024 CGM.

Subcláusula segunda - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

Subcláusula terceira - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE.

Subcláusula quarta – Ocorrendo o atraso superior a **2 (dois) meses**, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração, consoante o disposto no art. 137, §2º, inc. IV da Lei nº 14.133/2021.

Subcláusula quinta – O processo de pagamento respeitará o disposto nos artigos 141 ao 146 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

Subcláusula única - As alterações obedecerão ao disposto nos artigos 124 ao 126, 129 ao 131 e 134 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

Subcláusula única - O regime jurídico dos contratos instituído pela Lei nº 14.133/2021 confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas previstas em seu art. 104.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Subcláusula primeira - Além das obrigações legais, regulamentares e as constantes no Termo de Referência e neste instrumento Contratual, a Contratada obriga-se, a:



- a) O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- b) O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- c) Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução.
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior conforme art. 137, II da Lei 14.133/2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo.
- g) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- h) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- l) Obriga-se o Contratado a manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião da Inexigibilidade;
- j) O contratado se responsabiliza pelas medidas a que está sujeita perante a Ordem dos Músicos do Brasil, estabelecidas na Lei nº 3.857/60.
- k) O contratado deverá cumprir fielmente os horários estabelecidos na programação oficial do evento, chegando ao local do show com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos para evitar transtornos em relação aos horários definidos.
- l) O contratado não pode realizar quaisquer tipos de propaganda, publicidade ou anúncio durante a sua apresentação.
- m) O Contratado não veiculará nenhum tipo de propaganda partidária gratuita e de nenhum tipo de propaganda política vinculada ao objeto deste instrumento.
- n) O contratado não pode transferir a terceiros, a qualquer título, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato.
- o) Efetuar o pagamento dos cachês artísticos dos músicos que compõem a sua banda, bem como de todos os funcionários envolvidos na sua produção.





Subcl usula segunda - Caber  ao Contratante as seguintes obriga es:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execu o do objeto por interm dio de agente p blico designado;
- b) Comunicar imediatamente ao Contratado qualquer irregularidade constatada na execu o dos servi os, utilizando-se da forma escrita; e
- c) Efetuar o pagamento ao Contratado, ap s o atesto da nota fiscal/fatura.
- d) Exigir o cumprimento de todas as obriga es assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- e) Receber o objeto no prazo e condi es estabelecidas no Termo de Refer ncia;
- f) Notificar o Contratado, por escrito, sobre v cios, defeitos ou incorre es verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte,  s suas expensas;
- g) Aplicar ao Contratado as san es previstas na lei e no Contrato;
- h) Explicitamente emitir decis o sobre todas as solicita es e reclama es relacionadas   execu o do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelat rios ou de nenhum interesse para a boa execu o do ajuste.
- j) A Administra o n o responder  por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados   execu o do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorr ncia de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- k) Efetuar grava o ou qualquer tipo de registro da apresenta o realizada, para fins de comprova o da execu o dos servi os.

CL USULA D CIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Subcl usula primeira – O cometimento de irregularidades no procedimento ou na execu o sujeitar  o particular   aplica o de san es administrativas, nos termos da Lei n  14.133/2021.

Subcl usula segunda - Se a Contratada inadimplir as obriga es assumidas, no todo ou em parte, ficar  sujeita, assegurado o contradit rio e a ampla defesa,  s san es previstas no art. 156 da Lei n  14.133/2021, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

- I - advert ncia;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declara o de inidoneidade para licitar ou contratar.

Subcl usula terceira - Na aplica o das san es ser o considerados:

FRANCISCO S
DA COSTA
JUNIOR:32482
767000190

Assinado de forma digital
por FRANCISCO S DA
COSTA
JUNIOR:32482
-Dados: 2025.0
09:24:49 -03'0



I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

a) A sanção prevista no inciso I da subcláusula segunda será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I da subcláusula quinta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) A sanção prevista no inciso II do subitem da subcláusula segunda, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na subcláusula quinta.

c) A sanção prevista no inciso III da subcláusula segunda será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII subcláusula quinta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) A sanção prevista no inciso IV da subcláusula segunda será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, e XII da subcláusula quinta, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII da subcláusula quinta que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea c, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.03.05 - A sanção estabelecida no inciso IV da subcláusula segunda será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

18.03.06 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV da subcláusula segunda poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.



FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR:324827670001
2767000190
Assinado de forma digital por FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR:324827670001
Data: 2025.08.15 09:25:52 -03'00'

Assinado por 2 pessoas: FRANCISCO SOARES DA COSTA JUNIOR e JOSE ADJAILSON DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://toritama.tdoc.com.br/verificacao/F8C2-2BDD-3E01-DFE3> e informe o código F8C2-2BDD-3E01-DFE3



18.03.07 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.03.08 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Subcláusula quarta - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

Subcláusula quinta - Ficará sujeito as penalidades previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas neste, no Contrato e nas demais cominações legais, o fornecedor que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Subcláusula sexta – Deverá ser observado o disposto nos artigos 157 ao 163, no que couber.





CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

Subcláusula única - Fica sob a responsabilidade do Contratante a divulgação prevista no parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Subcláusula única - As partes elegem o foro de Comarca de Toritama-PE, como único competente para conhecer e dirimir a ação ou execução oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firma o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Toritama/PE, 15 de agosto 2025

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
Secretário **JOSÉ ADJAILSON DA SILVA**
Contratante

FRANCISCO S DA COSTA Assinado de forma digital por
JUNIOR:3248276700019 FRANCISCO S DA COSTA
0 JUNIOR:32482767000190
Dados: 2025.08.15 09:26:39 -03'00'

FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR
Representante Legal **FRANCISCO DE PAULA VECCHIONE ACCIOLY**
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 Juliana Fereira de Souza Silva
CPF/MF: 134.202.354-45

2 Darlan de Farias da Silva Filho
CPF/MF: 079.186.929-54



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



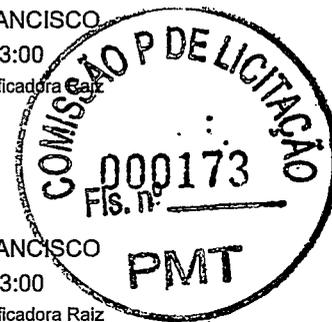
Código para verificação: F8C2-2BDD-3E01-DFE3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR (CNPJ 32.482.767/0001-90) VIA PORTADOR FRANCISCO SOARES DA COSTA JUNIOR (CPF 100.XXX.XXX-54) em 15/08/2025 09:22:39 GMT-03:00
Emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR (CNPJ 32.482.767/0001-90) VIA PORTADOR FRANCISCO SOARES DA COSTA JUNIOR (CPF 100.XXX.XXX-54) em 15/08/2025 09:23:36 GMT-03:00
Emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR (CNPJ 32.482.767/0001-90) VIA PORTADOR FRANCISCO SOARES DA COSTA JUNIOR (CPF 100.XXX.XXX-54) em 15/08/2025 09:24:10 GMT-03:00
Emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR (CNPJ 32.482.767/0001-90) VIA PORTADOR FRANCISCO SOARES DA COSTA JUNIOR (CPF 100.XXX.XXX-54) em 15/08/2025 09:24:27 GMT-03:00
Emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR (CNPJ 32.482.767/0001-90) VIA PORTADOR FRANCISCO SOARES DA COSTA JUNIOR (CPF 100.XXX.XXX-54) em 15/08/2025 09:24:49 GMT-03:00
Emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR (CNPJ 32.482.767/0001-90) VIA PORTADOR FRANCISCO SOARES DA COSTA JUNIOR (CPF 100.XXX.XXX-54) em 15/08/2025 09:25:52 GMT-03:00
Emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



- ✓ FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR (CNPJ 32.482.767/0001-90) VIA PORTADOR FRANCISCO SOARES DA COSTA JUNIOR (CPF 100.XXX.XXX-54) em 15/08/2025 09:26:16 GMT-03:00
Emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



- ✓ FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR (CNPJ 32.482.767/0001-90) VIA PORTADOR FRANCISCO SOARES DA COSTA JUNIOR (CPF 100.XXX.XXX-54) em 15/08/2025 09:26:39 GMT-03:00
Emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ JOSE ADJAILSON DA SILVA (CPF 105.XXX.XXX-95) em 15/08/2025 11:21:11 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://toritama.1doc.com.br/verificacao/F8C2-2BDD-3E01-DFE3>